



Senadores podem concluir hoje votação da PEC Paralela

Texto-base já foi aprovado, mas ainda carecem de análise quatro destaques: um deles assegura benefício de 100% da média de contribuições na aposentadoria por invalidez

Marcos Oliveira/Agência Senado — 1/10/2019



O presidente Davi Alcolumbre pautou a PEC Paralela, que amplia a reforma da Previdência, aprovada em outubro, para votação em segundo turno pelo Plenário

Os quatro destaques foram propostos por partidos e são relativos a emendas rejeitadas pelo relator, Tasso Jereissati.

A votação estava prevista para a semana passada, mas, devido à falta de quorum no Plenário e depois de ouvir o apelo de vários senadores, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, adiou a conclusão da votação.

A PEC Paralela amplia a reforma da Previdência. A principal mudança é a inclusão de servidores públicos de estados e municípios nas novas regras de aposentadoria da União.

Outro destaque garante o valor integral em caso de aposentadoria por invalidez. **3**

Presidente do BC apresenta política fiscal e monetária

Roberto Campos Neto participa hoje de uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos para apresentar as diretrizes e perspectivas futuras. Campos Neto é defensor

do projeto de Plínio Valério que garante a independência do Banco Central. A proposta foi ao Plenário com requerimento de urgência, depois de aprovada em comissão. **3**



Arquivo EBC

Spread bancário, juros e autonomia do BC deverão ser abordados

Debate: salário-educação deve ficar com União

Izalci Lucas comunicou ontem, em audiência na Comissão de Educação, a retirada de pauta do projeto que transferia R\$ 9,3 bilhões do salário-educação para estados e municípios. Debatedores elogiaram a decisão por considerarem que a União pode fiscalizar melhor a verba. **4**

Comissão discute hoje concessão do pré-sal

Audiência pública hoje na Comissão de Infraestrutura debate projeto de Jean Paul Prates que permite a licitação para concessão de exploração de petróleo em áreas do pré-sal se for mais vantajosa, acabando com a preferência da Petrobras no regime de partilha de produção. **4**

Colegiado analisa prisão após 2ª instância **3**

Convidados pedem "segunda abolição da escravatura" **4**

Mancha de óleo: requerimentos estão na pauta **3**

Teto de gastos pode estourar em 2021, alerta IFI

O Brasil pode descumprir o teto de gastos em 2021, aponta relatório divulgado ontem pela Comissão Fiscal Independente. O documento muda a estimativa feita em maio, quando a previsão era que o teto só estouraria em 2022. No relatório, a IFI também revisa o déficit primário, de R\$ 132 bilhões para R\$ 86,3 bilhões. **2**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Queda dos juros será responsável por mudança na trajetória da dívida, diz Salto

Senado mais digital. A boa informação mais perto de você.

TV SENADO PLAY

Inspiração nas modernas plataformas de conteúdo sob demanda, o novo site da TV Senado tem mais de 70 mil vídeos e é compatível com celulares e tablets.

Aplicativo disponível na Play Store. Em breve, na Apple Store. Acesse www.senado.leg.br/tv ou baixe na Play Store.

SENADO DIGITAL

Gastos podem estourar em 2021, diz Instituição Fiscal

Relatório divulgado ontem pela IFI muda estimativa feita em maio, quando a previsão era que o teto seria estourado em 2022. Já o déficit primário foi revisado de R\$ 132 bilhões para R\$ 86,3 bilhões

RELATÓRIO DIVULGADO ONTEM pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado aponta a possibilidade de descumprimento do teto de gastos em 2021. A projeção é pior que a de maio, quando a IFI estimou o descumprimento apenas em 2022. As estimativas não incluem as três PECs do Plano Mais Brasil, da equipe econômica do governo, em análise no Senado.

O Relatório de Acompanhamento Fiscal é apresentado mensalmente, mas as projeções macrofiscais são atualizadas em maio e novembro, em três cenários ficais: base — considerado mais provável —, otimista e pessimista.

A projeção de rompimento do teto em 2021 está no cenário base e considera a reposição total dos servidores que se aposentarem até esse ano. No cenário otimista não haveria a reposição dos servidores, que passariam de 629 mil em 2019 para apenas 383 mil, e o rompimento do teto se daria apenas em 2024, mas os serviços públicos seriam prejudicados.

— Claro que uma parte do gasto com pessoal vai precisar ser contida, mas possivelmente mudanças em outras rubricas vão precisar ser endereçadas para compensar aquilo que não foi feito no gasto com pessoal — explicou



Cenário considera reposição total de servidores aposentados, diz Salto (C)

o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto.

Sem risco em 2020

Em 2020, segundo a IFI, o teto será cumprido com facilidade. “As despesas sujeitas ao teto (que não incluem todas despesas obrigatórias) são estimadas em R\$ 1.428,9 bilhão, dado um teto de R\$ 1.454,4 bilhão para 2020. Isto é, haveria uma folga de R\$ 25,7 bilhões”, aponta o texto.

No novo relatório, o déficit primário do governo central em 2019 foi revisado de R\$ 139 bilhões para R\$ 95,8 bilhões. Já o do setor público consolidado mudou de R\$ 132 bilhões para R\$ 86,3 bilhões. De acordo com o relatório, a receita pública se beneficia de fatores atípicos, como a antecipação de devoluções do BNDES, além do ingresso de R\$ 41,6 bilhões vindos dos leilões do pré-sal.

Salto destacou a redução da projeção para a dívida bruta.

Em maio, a previsão era que o pico de 85,5% do PIB seria atingido em 2025. Na nova projeção, no cenário base, ele seria de 80,7%, a ser atingido em 2024. A partir de 2025, a previsão é que comece a se estabilizar e cair lentamente, alcançando 75,5% do PIB em 2030.

— É um ganho de 4,8 pontos percentuais do PIB na trajetória da dívida, sendo que mais ou menos metade disso se explica pela redução dos juros reais, que eram superiores a 4% no cenário de maio e agora estão em 3,2% na média até 2030. [...] A redução dos juros explica praticamente metade dessa queda na trajetória — explicou.

Salto alertou para o risco de interpretação equivocada desse cenário, como se o problema fiscal estivesse prestes a ser resolvido. De acordo com o diretor, uma eventual alta nos juros poderia fazer a dívida chegar a 96,4% do PIB em 2030.

Nísia Floresta é homenageada em publicação

Considerada a primeira feminista do Brasil, Nísia Floresta (1810-1885) foi homenageada com o 3º volume da *Coleção Escritoras do Brasil*, um conjunto de publicações que traz à luz mulheres de vigorosa produção intelectual entre os séculos 19 e 20 que, no entanto, não tiveram seu trabalho reconhecido em razão da condição de gênero.

— A ideia é retomar não só

a produção intelectual dessas mulheres, mas também refletir sobre como aquela produção intelectual dialoga com os dias de hoje — disse a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, no lançamento do livro, durante a Feira do Livro de Porto Alegre, no dia 11.

A obra *Opúsculo Humanitário* reúne 62 artigos da educadora, escritora e poetisa potiguar, que também morou em

Olinda (PE), Porto Alegre e Rio de Janeiro antes de se mudar para a França, onde morreu. Sua cidade de origem, Papari, a cerca de 30 quilômetros de Natal, foi rebatizada com seu nome, na década de 50.

Em sua obra, Nísia Floresta se notabilizou pelo estudo sobre como as nações enxergavam o papel da mulher na sociedade e pela crítica ao atraso brasileiro nessa área.

Senado comemora 110 anos de ensino profissionalizante no país

O Senado comemorou ontem os 110 anos da implantação do ensino técnico profissionalizante no Brasil com a realização de uma sessão especial. A iniciativa foi do senador Paulo Paim (PT-RS), ex-aluno de uma escola técnica em Caxias (RS).

— O Estado tem papel fundamental na área da educação. A educação técnica e profissional reduz custos, melhora a qualidade e aumenta a fidelização dos trabalhadores à empresa. A educação age como fator de inserção social. É um equívoco querer destruir ou desconstruir o ensino técnico e profissionalizante — afirmou Paim.

As primeiras escolas de formação de aprendizes foram

criadas a partir do Decreto 7.566, de 1909, do presidente Nilo Peçanha.

Entre janeiro e outubro de 1910, foram abertas 19 escolas de aprendizes artífices em 19 estados. Hoje elas se somam às escolas técnicas do Sistema S e aos institutos federais de ensino. Há quase 600 municípios atendidos, tendo sido formados mais de 76 milhões de alunos.

Diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Gustavo Leal destacou a influência do modelo alemão, que serviu de base à implantação dos primeiros cursos de formação profissionalizante no Brasil, dedicados à formação técnica voltada às necessidades da indústria.



Alunos de escolas técnicas de várias cidades participaram da sessão

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CDH Previdência

9h Debate sobre Previdência e Trabalho, com foco na Justiça do Trabalho.

CI Pré-sal

9h Audiência para discutir o PL 3.178/2019, que muda regras de exploração do pré-sal.

PLENÁRIO Sessão solene

9h Celebração da Semana Global de Empreendedorismo.

CAE Presidente do BC

10h Audiência com Roberto Campos Neto para discutir política monetária.

PLENÁRIO Sessão especial

10h Homenagem à Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

CE Ficha de livros traduzidos

11h Análise do PL 2.123/2019, que obriga formação sobre idioma original em ficha de livro traduzido.

CTFC Pagamento de fatura

11h30 Análise do PLS 374/2017, que faculta o pagamento da fatura fora do estabelecimento do fornecedor.

CPMI FAKE NEWS Audiência

13h Debate sobre crimes cibernéticos.

PLENÁRIO PEC Paralela

14h Análise de destaques.

CMO Crédito

14h30 Abertura de crédito para diversos órgãos públicos.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado deve concluir hoje votação da PEC Paralela

Texto-base já foi aprovado, mas ficaram pendentes de análise quatro destaques de partidos: um deles assegura benefício no valor de 100% da média de contribuições no caso de aposentadoria por invalidez

O PLÊNÁRIO DEVE completar hoje a votação da PEC Paralela da Previdência (PEC 133/2019). O texto-base da PEC foi aprovado em primeiro turno no dia 6, mas ficaram pendentes de votação quatro destaques referentes a emendas rejeitadas pelo relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A votação dos destaques estava prevista para a semana passada, mas, devido à falta de quórum no Plenário e depois de ouvir o apelo de vários senadores, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, adiou a conclusão da votação.

A PEC Paralela amplia a reforma da Previdência. A principal mudança é a inclusão de servidores públicos de estados e municípios nas novas regras de aposentadoria. O texto também estabelece regras diferentes para servidores da área de segurança pública e abre a possibilidade de criação do benefício universal infantil, aprofundando a seguridade



Relator da proposta, Tasso (E) conversa com senadores em Plenário

social para as crianças.

Ficaram pendentes de votação quatro destaques de bancadas. O destaque do PT visa assegurar, no caso de aposentadoria por invalidez permanente, benefício de 100% da média de contribuições do segurado.

Acidente

A emenda da Reforma da Previdência (EC 103, de 2019) garante o valor integral apenas em caso de acidente de trabalho ou doença profissional.

A Rede Sustentabilidade apresentou destaque para incluir regras de transição para o cálculo de benefícios de aposentadoria. O destaque do PSDB visa garantir o chamado abono permanência para os servidores públicos que já tenham esse direito incorporado antes da reforma. Já o Pros apresentou destaque para suprimir a idade mínima para fins de aposentadoria especial decorrente do exercício de atividade com efetiva exposição a agentes nocivos à saúde.

Prisão após 2ª instância está pautada para amanhã

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode votar amanhã propostas que permitem a prisão após condenação em segunda instância. Estão na pauta a PEC 5/2019, de Orio-visto Guimarães (Podemos-PR), e o PL 1.864/2019, que compõe o pacote anticrime do ministro da Justiça, Sergio Moro, apresentado no Senado por Eliziane Gama (Cidadania-MA) e outros 12 senadores.

Ao anunciar que pautaria

o tema, a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), afirmou que as mudanças de interpretação no STF causam instabilidade jurídica e política.

Primeiro item da pauta, a PEC 5/2019 muda o artigo 93 da Carta Magna para definir que a condenação por órgãos colegiados deve ser executada imediatamente após o julgamento dos recursos ordinários no mesmo tribunal. O texto não altera o artigo 5º da Cons-

tituição, que é uma cláusula pétrea, e contém o dispositivo referente à presunção de inocência. A relatora, Juíza Selma (PSL-MT), recomenda a aprovação do texto.

Já o PL 1.864/2019 acrescenta um trecho ao Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689, de 1941), determinando que a execução provisória da pena seja decidida pelos tribunais de segunda instância. O relator, Marcos do Val (Cidadania-ES), é favorável.

Eduardo Girão defende PEC que permite prisão após 2ª instância

Eduardo Girão (Podemos-CE) afirmou ontem em Plenário que o povo estará atento ao Senado nesta semana. Isso porque a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) poderá votar a Proposta de Emenda à Constituição 5/2019, que autoriza o cumprimento provisório da sentença penal após condenação em segunda instância.

— Com essa decisão vergonhosa do Supremo Tribunal Federal, nós tivemos a possibilidade de libertação de pedófilos, de homicidas, de traficantes, de empresários corruptos e também de políticos poderosos corruptos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Álvaro critica o STF e pede votação sobre prescrição de crimes

Álvaro Dias (Podemos-PR) criticou ontem a requisição pelo presidente do STF, Dias Toffoli, da movimentação financeira de 600 mil pessoas e empresas. O senador lembrou que amanhã o tribunal decidirá a respeito do compartilhamento de informações sem ordem judicial entre a Unidade de Inteligência Financeira, a Polícia Federal e o Ministério Público.

O senador apelou a Davi Alcolumbre para que seja votado hoje o PLS 658/2015, de sua autoria, para que os crimes não prescrevam, evitando a impunidade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Kajuru recomenda substituição do ministro da Educação

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) criticou o ministro da Educação, Abraham Weintraub, por ofender cidadãos pela internet. O episódio ocorreu na sexta-feira, Dia da Proclamação da República, quando o ministro, em um post no Twitter, defendeu a monarquia. Alguns seguidores discordaram e criticaram o ministro, que reagiu chamando a mãe de um deles de “égua”. Kajuru sugeriu que o presidente Jair Bolsonaro demita Weintraub e o substitua por alguém que esteja à altura do cargo e que tenha a competência de um ministro da Educação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim cita artigo de Elio Gaspari com críticas a pacote do governo

Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem em Plenário artigo do jornalista Elio Gaspari publicado no fim de semana com críticas ao pacote do governo que estabelece taxaço sobre o seguro-desemprego para custear o estímulo à contratação de jovens com idade entre 18 e 29 anos, instituído pela MP 905/2019.

“Tomar dinheiro do desempregado é covardia”, leu Paim, sublinhando que a partir da MP o governo passa a cobrar do seguro-desemprego uma contribuição previdenciária correspondente a 7,5% do benefício para compensar a desoneração sobre as empresas.

Paulo Rocha diz que desenvolvimento do país é elitista

Paulo Rocha (PT-PA) falou ontem em Plenário sobre o desenvolvimento do Brasil, que, para ele, foi pensado de forma elitista. O senador lembrou que o Pará é uma das regiões mais ricas do mundo, por concentrar a maior reserva florestal, entre outras riquezas. Ressaltou, porém, a grande desigualdade dentro do estado.

— Há um sul do Pará, por exemplo, onde está o minério, que já está em pleno desenvolvimento, mas há uma região chamada Região do Marajó, que tem o menor IDH do Brasil.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Presidente do BC, Campos Neto debate diretrizes do banco

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, participa hoje de uma audiência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para apresentar as diretrizes e perspectivas futuras da política monetária.

Temas como a redução do *spread* bancário e a autonomia do BC devem ser abordados. Campos Neto é defensor do Projeto de Lei Complementar 19/2019, de Plínio Valério (PSDB-AM), que garante a independência da instituição. A proposta fixa em quatro anos o mandato para os dirigentes do banco com a possibilidade de uma recondução. O texto foi ao Plenário com requerimento de urgência, depois de aprovado pela CAE.

O Banco Central é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Economia, cuja tarefa é formular e executar a política monetária, manter a inflação dentro da meta e servir como depositário das reservas internacionais do país.

A audiência está prevista no Regimento Interno do Senado, que determina a realização de encontros regulares com o presidente do BC. As reuniões devem ocorrer na primeira quinzena de fevereiro, abril, julho e outubro, podendo haver alterações de datas conforme entendimento entre a CAE e o convidado.

Na última reunião, a situação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) — rebatizado de Unidade de Inteligência Financeira (UIF) pela Medida Provisória 893/2019, que está em discussão no Congresso — tomou boa parte dos debates.

Antes vinculado ao Ministério da Economia, o órgão passou para o controle do BC por meio da MP.

Alguns senadores demonstraram receio de que a mudança abra espaço para interferências políticas. Campos Neto, no entanto, afirmou que a intenção da MP é blindar a unidade.

Colegiado vota projeto que flexibiliza pagamento de faturas

A Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) deve votar hoje projeto que torna abusiva a obrigação do pagamento de fatura de compras exclusivamente no estabelecimento do fornecedor. O relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), deu parecer favorável ao PLS 374/2017, da senadora Kátia Abreu (PDT-TO).

Outra proposição em análise na comissão é o PLS 55/2018, que obriga os fabricantes e as importadoras a advertirem

sobre os riscos relacionados ao uso contínuo de telefones portáteis, tipo smartphones.

O autor do projeto, senador Otto Alencar (PSD-BA), considera importante alertar os usuários sobre os riscos da utilização excessiva de tais aparelhos e sobre as formas de evitar possíveis danos à saúde.

O senador Angelo Coronel (PSD-BA) apresentou relatório favorável, com emendas de redação.

Convidados de audiência não querem descentralização do salário-educação

Senador Izalci Lucas retirou de pauta projeto que transferia R\$ 9,3 bilhões da União para estados e municípios e debatedores elogiaram

AUTOR DO PROJETO que transferia o salário-educação — cerca de R\$ 9,3 bilhões — da União para os estados e municípios (PL 5.695/2019), Izalci Lucas (PSDB-DF) decidiu ontem retirá-lo da pauta. Em audiência sobre a proposta na Comissão de Educação (CE), ele argumentou que não haverá tempo para que a norma produza efeitos já em 2020. Izalci também afirmou que a proposta de emenda à Constituição do Pacto Federativo (PEC 188/2019) já prevê mais flexibilidade aos estados e municípios na aplicação dos recursos.

De acordo com o senador, o objetivo do projeto era excluir o salário-educação do teto constitucional, de modo a elevar em R\$ 9,3 bilhões os recursos para a educação. Mas a proposta foi criticada por sindicalistas, agricultores familiares e servidores do Fundo



Senador Izalci (E) ouve Albaneide, que criticou a PEC do Pacto Federativo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ao se dispor a ouvir os participantes da audiência, o senador declarou esperar que o debate contribuísse para discutir a PEC do Pacto Federativo.

O representante da Associação dos Servidores do FNDE, Adalberto da Paz, elogiou a retirada do projeto de pauta, mas pediu apoio para a continuidade dos programas vinculados ao fundo, como o

de alimentação escolar.

Albaneide Peixinho, do Conselho Federal de Nutricionistas, criticou a PEC do Pacto Federativo, que, segundo ela, prejudica estados e municípios de menores recursos e não garante que os entes federados cumpram diretrizes nacionais. O diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, José Valdivino de Moraes, disse que a PEC esvaziava o FNDE, que não poderá

cumprir as determinações da Constituição.

Já José Ângelo de Oliveira, da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares, defendeu a centralização da aquisição de livros didáticos, e Raimundo Luiz Silva Araújo, da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação, disse ser “um constrassenso” a descentralização do programa.

Merenda

Edécio Vigna, da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias, disse que é difícil a fiscalização da merenda escolar, frequentemente sujeita a fraudes nos estados e municípios.

Já Antoninho Rovaris, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura cobrou políticas regulares visando “à melhor educação possível”.

Concessão de áreas do pré-sal será tema de debate hoje

Projeto que permite a licitação para concessão de exploração de petróleo em áreas do pré-sal em situações em que esse regime for mais vantajoso para o país, acabando com a preferência da Petrobras no regime de partilha de produção, será tema de debate na Comissão de Infraestrutura (CI). A audiência será realizada hoje, às 9h.

De iniciativa do senador Jean Paul Prates (PT-RN), o requerimento para debater o PL 3.178/2019 convidou o secretário-adjunto de Petróleo, Gás Natural e Bio-

combustíveis do Ministério de Minas e Energia, João José Nora Souto, e o gerente executivo da Petrobras Fernando Assumpção Borges, entre outros.

O projeto, do senador José Serra (PSDB-SP), recebeu do relator, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), voto pela aprovação.

Serra explica que o polígono do pré-sal possui campos petrolíferos com potenciais geológicos diversos. Alguns, segundo o senador, são de boa produtividade, enquanto outros são menos promissores.

Comissão sobre manchas de óleo vota hoje requerimentos

A comissão temporária externa que acompanha as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro vota requerimentos hoje às 10h30. Presidida por Fabiano Contarato (Rede-ES), a comissão tem como relator Jean Paul Prates (PT-RN) e é composta outros sete senadores. O colegiado deve elaborar com os governos locais e federal soluções para a situação e para evitar desastres futuros a partir de visitas aos locais atingidos, estudos, reuniões e debates com os envolvidos — órgãos federais, estaduais

e municipais das Regiões Nordeste e Sudeste, ONGs, universidades e centros de pesquisa.

Há dois requerimentos a serem votados, ambos de Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O primeiro propõe a realização de diligência externa no Amapá, para discutir a prevenção contra uma eventual chegada do óleo à foz do Rio Amazonas e ao litoral amapaense. O segundo requerimento pede que sejam incluídas no escopo da comissão questões relativas à atuação do governo federal desde o início do problema.

Rogério quer convocar ministro Ernesto Araújo

Em discurso ontem em Plenário, Rogério Carvalho (PT-SE) comunicou que protocolou



Jefferson Rudy/Agência Senado

dois requerimentos: um convocando o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo; e o outro convidando Maria Teresa Belandria, reconhecida pelo governo brasileiro como embaixadora do autoproclamado presidente da Venezuela, Juan Guaidó.

Para ele, a presença de ambos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) será oportuna, para que prestem esclarecimentos sobre a invasão da embaixada da Venezuela, no dia 13.

Telmário pede que Bolsonaro demita chanceler

Telmário Mota (Pros-RR) pediu em Plenário que o presidente Jair Bolsonaro demita o ministro das



Jefferson Rudy/Agência Senado

Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Para o senador, o chanceler tem colocado seus interesses ideológicos acima dos interesses do Estado ao desrespeitar o artigo 4º da Constituição, que diz que o Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

— O presidente Jair Bolsonaro tem que demitir esse tal de Ernesto Araújo porque ele é um antipatriótico, é um anti-América Latina.

Chico Rodrigues sugere campo de refugiados em RR

Chico Rodrigues (DEM-RR) afirmou ontem em Plenário que o aumento da imigração venezuelana tem gerado clima



Jefferson Rudy/Agência Senado

de insegurança em Boa Vista. Para o senador, é necessário que o governo federal crie um campo único para os refugiados, ofereça as condições mínimas de sobrevivência, ações de apoio e garanta a segurança e a qualidade de vida dos próprios roraimenses.

Ele defendeu que, como ocorre no mundo, os refugiados sejam afastados da população, para evitar problemas de segurança.



Paim (2º à esq.) comandou o debate sobre o Dia da Consciência Negra

Debatedores cobram em reunião “segunda abolição da escravatura”

O Brasil precisa de uma segunda abolição, afirmaram ontem os participantes da audiência pública destinada a debater as ações afirmativas em favor da população negra. A reunião da Comissão de Direitos Humanos (CDH) celebrou o Dia da Consciência Negra, comemorado amanhã, dia da morte de Zumbi dos Palmares (1655-1695), último líder do Quilombo de Palmares, em Alagoas, que lutou para preservar o modo de vida do povo africano.

De acordo com os convidados, o país precisa avançar em políticas públicas e ações afirmativas capazes de reduzir a desigualdade e melhorar os índices sociais e econômicos da população negra.

O evento teve como convidados Marcia Maria da Silva, da Articulação Nacional de Psicólogos Negros; Artur Araújo, da Educafro; Carlos

Moura, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz; Leonardo Santana, advocacy da Rede Justiça Criminal; Humberto Santana Jr., do Instituto Federal de Brasília (IFB); Ádna Santos, da Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racial do Distrito Federal; e a consultora legislativa Roberta Viegas, do Comitê do Programa Pró-Equidade, Gênero e Raça do Senado.

Autor do pedido de realização da audiência, Paulo Paim (PT-RS) lembrou que o Brasil viveu por mais de 400 anos em regime de escravidão colonial, o mais longo que se tem notícia.

— Quanto tempo será ainda preciso aguardar para que pretos, pardos, brancos, LGBTs, idosos, mulheres, jovens, pessoas com deficiência tenham a mesma oportunidade neste país? Todos nós fazemos parte de um único universo, somos todos irmãos e irmãs.